

O ENSINO DE LIBRAS NA ESCOLA PÚBLICA: QUESTÕES DA INCLUSÃO

**DILMA SANTOS PEREIRA LIMA
NELMA CORREA DE JESUS
NEUZETE FERREIRA DA SILVA**

RESUMO

O objetivo deste artigo é de compreender a importância do ensino de libras na escola pública e refletir sobre questões da inclusão. O atendimento a pessoa surda em espaços de escolarização por muito tempo possibilitou a formação de guetos escolares colocando o aprendente cada vez mais no anonimato e forçando-o ao aprendizado da cultura ouvinte. Este artigo tenta mostrar a importância da inclusão com bases em aspectos primordiais da cultura surda. O entendimento que se tem é que a escola seja um dos espaços onde o ser humano exerce sua cidadania e aprende forma a conviver com o diferente respeitando e valorizado cada indivíduo em sua peculiaridade. Neste sentido compreende-se que o ensino atual tem tarefa e desafio da inclusão de pessoas surdas. As práticas docentes deste modo devem, pois estar alinhadas ao desafio que está proposto. A metodologia utilizada é da revisão bibliográfica consubstanciando ideias e pensamentos de autores que se dedicam a compreensão da cultura surda, processos de inclusão e ao ensino da língua de sinais.

Palavras-chaves: ensino. Libras. Escola. Inclusão.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender la importancia de la enseñanza de libras en la escuela pública y reflexionar sobre cuestiones de inclusión. La atención a la persona sorda en espacios de escolarización durante mucho tiempo posibilitó la formación de guetos escolares colocando al estudiante cada vez más en el anonimato y forzándolo al aprendizaje de la cultura oyente. Este artículo intenta mostrar la importancia de la inclusión con bases en aspectos primordiales de la cultura sorda. El entendimiento que se tiene es que la escuela sea uno de los espacios donde el ser humano ejerce su ciudadanía y aprende forma a convivir con lo diferente respetando y valorizando a cada individuo en su peculiaridad. En este sentido Se entiende que la enseñanza actual tiene tarea y desafío de la inclusión de personas sordas. Las prácticas docentes de este modo deben, pues, estar alineadas al desafío que está propuesto. La metodología utilizada es de la revisión bibliográfica consubstanciando ideas y pensamientos de autores que se dedican a la comprensión de la cultura sorda, procesos de inclusión y la enseñanza de la luz de señales.

Palabras claves: enseñanza. Libras. Escuela. Inclusión.

Rondonópolis – MT

2018

1. INTRODUÇÃO

O ensino da atualidade está cheio de desafios ao professor da educação básica, um deles é o ensino de libras e a inclusão, processo tão necessário ao desenvolvimento pleno da cidadania. Libra é nossa segunda língua oficial no Brasil e pouca atenção tem sido dada a este aspecto na escola.

Diante deste contexto o objetivo deste artigo é realizar uma revisão bibliográfica no sentido de compreender os desafios e possibilidade do ensino de libras na escola pública.

O entendimento que se tem é que a escola seja um dos espaços onde o ser humano exerce sua cidadania e aprende forma a conviver com o diferente respeitando e valorizado cada indivíduo em sua peculiaridade. É preciso que os aprendentes com deficiência possam sentir que a escola seja de fato um espaço acolhedor e o respeita em sua integralidade.

Ensinar a língua brasileira de sinais não consiste deste modo apenas em possibilitar comunicação ao aprendente com deficiência é a escola cumprindo sua função social em ensinar o que é de direito a educação das pessoas, já que trata de uma língua oficial em nosso país.

O que está cada vez mais evidente é que as pessoas com deficiência devem ocupar os espaços escolares, ao passo que escola deva possibilitar práticas de ensino que estejam consubstanciadas a cultura surda a fim de que o indivíduo seja respeitado na individualidade.

Este contexto leva-nos alguns aspectos importantes da educação de pessoas. O primeiro é que a educação é de fato um Estado de direito de todo cidadão. Não importam, quais sejam suas diferenças o indivíduo tem direito de acesso e permanência aos meios formais da educação. Outro aspecto é que a escola se constitui espaço favorável a construção identitária, posto que as práticas de ensino devem estar contextualizadas as necessidades básicas da pessoa humana.

E por fim a consolidação do exercício da cidadania. Nenhum ser humano é completo sem este último aspecto. A cidadania é que evidencia o estado de

direito de cada indivíduo, e a escola de potencializá-lo de forma saudável e eficaz.

Os instrumentos de produção de dados e metodologia desta pesquisa estão guiados pelo tripé da pesquisa bibliográfica, estudo dirigido e sistematização de ideias. O desafio da educação contemporânea é desta forma o de emplacar o ensino da língua brasileira de sinais como um direito do cidadão independente de condição física. Neste caminho está clara a necessidade de a escola repensar seus espaços e suas práticas a fim de que o direito do cidadão seja de fato compreendido e aplicado por meio do ensino.

A cultura surda precisa ser inserida no contexto escolar não excepcionalidade, mas como prática diária, como atividades curriculares programadas e respeitadas no dia a dia da escola e das pessoas. Isto significa que não seja suficiente a escola oferecer práticas de ensino de libras, é necessário o mínimo de um sentimento generalizado de consciência crítica e de uma visão comprometida com a cultura surda.

A inserção do ensino de libras na escola faz parte de um contexto de lutas por igualdade, respeito às diferenças, dignidade. Destaca ainda mais a importância de ensinar e fazer da libra um prática escolar e social.

O uso da língua de sinais significa o a expressão de uma identidade. Identidade esta que escola deve buscar compreender de forma efetiva e consubstanciada posto que cada pessoa faça parte de um contexto. “Não há como negar que o uso da Língua de Sinais é um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas, sendo assim, um dos elementos importantíssimos nos processos de desenvolvimento da identidade surda (SÁ 2000, p.106)

Para este estudo refletimos as ideias de autores que discutem a temática de forma a perceber suas contribuições para o crescimento do ensino de libras na escola pública, entre os quais se podem destacar: SÁ (2000), MANTOAN (2002), GIANOTTO (2016), BRITO (1993), CARVALHO (1998 2000)

2. ENSINAR LIBRAS UMA QUESTÃO DE DIREITO.

O ensino de libras na escola não significa apenas que o aprendente vai aprender a língua de sinais ou mesmo que será incluído em uma sala dita “normal”. Este é um processo que significa muito mais, e vai além dos sinais, trata-se de uma questão social e humana.

O que está em jogo neste contexto é todo um estado de direito que ultrapassa a questão da própria língua. O portador de deficiência auditiva tem direito primeiramente como cidadão e depois como deficiente. Ensinar a língua de sinais na escola é então possibilitar ao aprendente muito mais que a comunicação, é colocá-lo em um cenário de respeito, valorização e igualdade.

A escolarização do surdo deve, pois [...] “é entendida, como a escolarização que respeita a condição da pessoa surda e sua experiência visual como constituidora de cultura singular, sem, contudo, desconsiderar a necessária aprendizagem escolar do Português” (BRASIL, 2013 apud de Gianotto, 2016, p. 33).

Fica evidente aqui que ensinar surdo exige muito mais que prática de oralidade. O mundo dos ouvintes deve ser fazer ser compreendido por meio de ações de inclusão contextualizada das pessoas surda. Os espaços e práticas devem ser repensados e para isto é extrema importância que a escola tenha uma “política linguística que defina a participação das duas línguas na escola em todo o processo de escolarização de forma a conferir legitimidade e prestígio das LIBRAS como língua curricular e constituidora da pessoa surda” (BRASIL, 2013 apud de Gianotto, 2016, p. 33).

A escola bilíngue precisa prestar atendimento utilizando as novas tecnologias e novos dicionários que podem proporcionar as ferramentas necessárias para que os seus alunos encontrem possibilidades, também por meio de outras linguagens, oportunidade de inserção social e laboral. (QUADROS 2002, p. 134 citado por GIANOTTO 2016, p.36).

A escola precisa de prática que seja motora de novos valores, nos quais o atendimento ao aprendente surdo esteja também embasado no uso das novas tecnologias. O ensino deve remeter à potencialização de habilidades para uso destas tecnologias pela cultura surda tanto quanto o é faz para cultura ouvinte. “As tecnologias são importantes para ajudar na proposta inclusiva que respeite a história dos surdos, sua diferença individual e seus reais interesses” (QUADROS 2002, p. 134 citado por GIANOTTO 2016, p.36).

3. A DIGNIDADE HUMANA

Somente o fato de colocar uma pessoa na escola não chega a expressar a dignidade humana. Esta pessoa precisa ser ouvida, lida (sinais) e compreendida como ser humano que é. É preciso a cima de tudo aceitação da cultura surda para o surdo seja aceito como pessoa.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas (STROBEL, 2008, p.25).

A escola não pode em hipótese alguma ser um gueto para estas pessoas. Um lugar onde estão anônimos e sem comunicação e interatividade. A escola precisa ser um cenário de resgate da dignidade humano, onde os deficientes auditivos tenham acesso a todos os mecanismos de aprendizagem que tem a cultura ouvinte.

O respeito a individualidade começa exatamente quando o surdo é enxergado como pessoa que tem os mesmos direitos do ouvinte. Os diferentes não possam vivem a margem da escola sem serem notados ou lembrando. É necessária a compreensão de que “a inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e

o compartilhamento dessas singularidades compõe a sua idéia motriz” (MANTOAN 2002, p. 86).

Ao pensar a inclusão do surdo, devem-se relacionar aspectos importantes como: enxergá-lo primeiramente como pessoa, pensar em seu estado de direito; compreender seus conflitos internos por ser diferente, pensar o ambiente como um todo e não como parte.

A escola não pode pensar em uma inclusão que não potencialize o ser humano em sua complexidade, pois o contrário disto é forjar guetos legalizados na sala de aula. A dignidade humana deve ser observada de um ponto de vista humano e complexo, assim como as pessoas.

4. A BUSCA DE IDENTIDADE

No contexto da cultura surdo um dos fatores muito importante é a identidade. O pertencimento é fator potencial para a aprendizagem da língua de sinais, porém o mais importante é que pessoa surda se sita parte deste contexto como pessoa.

Quando o surdo usa a língua de sinais para se comunicar este pertencimento já aconteceu e a identidade foi aceita e agora esta se potencializando. De acordo com Gianotto (2016, p.47) ser surdo de nascença é considerado um originário/nativo das LIBRAS”, sua identidade é construída ao passo que aprende as coisas mais elementares da vida. Mas o surdo accidental tem mais dificuldade neste processo de construção de identidade.

Neste caminho tem-se a compreensão de que “a identidade é de suma importância tanto para o conhecimento das diferentes identidades para esses alunos em caso de escolarização, quanto para o caso de vivência social” (GIANOTTO 2016, p.47). Esta compreensão é de fato muito importante para o desenvolvimento do respeito às diferenças e para valorização da cultura surda na escola.

Assim Gianotto (2016, p.47) assevera que a construção da identidade parte do princípio do conhecimento de que outro em uma identidade diferente. Destaca-se a importância deste conhecimento “tanto para o conhecimento das

diferentes identidades para esses alunos em caso de escolarização, quanto para o caso de vivência social”.

Diante disto o autor apresenta pelo menos cinco identidades a seres observadas, a saber:

1 - Identidade flutuante: na qual aquele surdo se espelha na representação hegemônica do ouvinte, vivendo e se manifestando de acordo com o mundo ouvinte; **2 - Identidade inconformada:** em que o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte e se sente em uma identidade subalterna; **3 - Identidade de transição:** quando o contato dos surdos com a comunidade surda é tardio, o que o faz passar da comunicação visual-oral, na maioria das vezes truncada para a comunicação visual sinalizada, na qual o surdo passa por um conflito cultural; **4 - Identidade híbrida:** reconhecida nos surdos que nasceram ouvintes, se ensurdeceram e terão presentes as duas línguas numa dependência dos sinais e da língua oral; **5 - Identidade surda:** em que o indivíduo vive no mundo visual e desenvolve suas experiências na Língua de Sinais e é representada por discursos que o vê capaz como sujeito cultural, uma formação de identidade que só ocorre entre os espaços culturais surdos. (Perlin 1998 citado por Gianotto 2016, p.48)

É preciso a compreensão de que a identidade surda se constrói em ambiente onde existe uma prática da cultura surda. Não se constrói identidade em uma prática ouvinte. O ambiente linguístico deve estar construído por meio da língua de sinais a fim de que as identidades possam ser construídas em um contexto próprio.

Na opinião de Gianotto (2016, p 48) “uma parcela considerável do povo surdo sequer tem acesso à língua de sinais, a um ambiente imagético viso-gestual, à educação bilíngue, serviços básicos de saúde, trabalho incluindo ao lazer, contato com outras pessoas surdas”.

5. O PROFESSOR O ENSINO DE LIBRAS E A INCLUSÃO

Não duvida de que o professor desempenhe papel de fundamental importância no ensino de libras na escola e principalmente no processo de inclusão da pessoa surda.

A escola é um dos principais canais de democratização da educação formal e espaço que ainda precisa ser conquistado pela pessoa surda. Ainda, infelizmente, existem muitas escolas e práticas docentes que não reconhecem o diferente.

Não se trata da questão de aceitação, de acesso, mas de mudança de postura em detrimento a necessidade do aluno surdo, isto se chama reconhecimento. Na opinião de Brito (1993, p. 45) afirma que "o reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circula".

A LDBE no artigo 59, inciso I prevê que os espaços escolares bem como as práticas docentes devem sofrer mudanças de acordo com a necessidade da educação especial que inclui a pessoa surda.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996, p.23).

Dá-se a compreensão, por meio da citação a cima que para que a inclusão aconteça não basta às mudanças na estrutura física da escola. O entendimento é que o atendimento deve ser mudado, as práticas escolares devem se adequar as pessoas com necessidade, a cultura surda deve ser inserida no currículo, uma vez que ouvinte está presente em detrimento dos falantes.

É preciso um pensamento conceitual de "que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes

ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (CARVALHO, 1998, p.170).

Sobre o processo de inclusão Lacerda (2016) corrobora com a postulação de carvalho (1998) ao argumentar que:

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração/inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas (LACERDA, 2006, p. 29 citado por Betim e Papi 2013, p. 12).

Mediante este contexto Betim e Papi (2013) apontam como dever do professor:

- Conhecer o aluno surdo e sua realidade;
- Conhecer a língua brasileira de sinais;
- Dominar prática de ensino por meio da língua brasileira de sinais;
- Criar no ambiente escolar uma relação de educação inclusiva;
- Articular mecanismos de apoio e ações que permitam igualar as oportunidades de aprendizagem (Betim e Papi 2013, p. 09)

As postulações a cima nos fazem refletir sobre a seguinte questão da prática docente, "saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 52).

Trabalhar o surdo utilizando recursos visuais adequados aos seus sentidos, à sua capacidade de relacionar-se com o outro e que amplie a noção de representação de mundo e possibilidades é um direito [...]. A escola, pensando em novas propostas de práticas pedagógicas deve incluir em seu currículo atividades que utilizem e

valorizem este fato (TARDELLI, 2008, p. 29 citado por Betim e Papi 2013, p. 13).

No entendimento de que a pessoa surda utiliza libras para se comunicar, aprender, questionar e produzir cultura, fica clara a necessidade que tem o professor de dominar práticas que consubstancie este elemento. É preciso então considerar que não basta dominar libras, é necessário ter a habilidade de ensinar por meio de libras, reconhecendo os saberes construídos pelo aprendente surdo.

O ensino de libras e a inclusão da pessoa surda vão além de boas práticas, comprehende aspectos da vida humana que precisam ser considerados pelo professor. É importante o entendimento de que a pessoa surda aprende muito mais por meio de uma cultura surda, embora tudo comesse pela mudança das práticas.

6. CONCLUSÃO

Após a realização desta pesquisa bibliográfica é possível concluir que o ensino de libras na escola publica é fator fundamental para inclusão da pessoa surda.

A compreensão que se tem é que mudanças são necessárias, porém muito mais que na estrutura física ela deve acontecer nas práticas docentes, e na valorização da cultura surda.

Os autores analisados apontam para a necessidade de criação de um contexto linguistico em libras na escola, onde faltes e não falantes possam interagir e construir conhecimentos de forma equitativa e democrática como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

7. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS.

Brasil. CNE/CEB, Resoluçãoº02/2001 Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em 02/10/2015.

BETIM. Ana Claudia. PAPI. Silmara de Oliveira Gomes . **O Papel Do Professor Diante Da Inclusão De Um Aluno Surdo** disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepq_edespecial_artigo_ana_claudia_betim.pdf acesso em 25/10/2018

BRITO L. F. **Integração social e educação de surdos.** Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2000.

_____. **Temas em Educação Especial.** Rio de Janeiro: Wva, 1998

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANOTTO, Adriano de Oliveira **Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como fator de desenvolvimento local em contextos de territorialidades.** UCDB. Mato Grosso do Sul. 2016.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação e surdos.** Manaus: EDUA, Comped, INEP, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SKLIAR, Carlos; A Surdez, um olhar sobre as diferenças. 3^a edição; ed. Mediação – Porto Alegre – RS – 2005.

STROBEL, Karin. **Historia de educação dos surdos.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009

_____. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 118p.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, V. et al. Educação de surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. (Org). Estudos surdos I.Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

p.324. SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados/Bragança Paulista, 1999.